

ÉTICA, ARMAS E RELIGIÃO: AMBIÇÕES E DOMÍNIOS DO PRÍNCIPE EM MAQUIAVEL

ETHICS, WEAPONS AND RELIGION: AMBITIONS AND DOMAINS OF THE PRINCE IN MACHIAVELLI

ÉTICA, ARMAS Y RELIGIÓN: AMBICIONES Y DOMINIOS DEL PRÍNCIPE EN MAQUIAVELO

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra¹
Narbal de Marsillac Fontes²

RESUMO: A presente pesquisa tem por propósito expor as principais contribuições do Filósofo, além de caracterizar suas obras, *O Príncipe e Discorsi*, identificando a relação entre a ética política em seu pensamento, compreendendo o poder, tomada e manutenção no principado, demonstrando o caráter atemporal dos seus escritos e pensamentos políticos e filosóficos que contribuem até hoje nas discussões envolvendo ética e política. A pesquisa tem um caráter bibliográfico, auxiliando na compreensão dos problemas a partir de referências publicadas em alguns trabalhos, com o objetivo de esclarecer acerca da contribuição trazida pelo filósofo, exibindo um marco cronológico e espacial para entender o processo da ação política maquiaveliana. O texto traz importantes questionamentos referentes às teorias de Nicolau Maquiavel, tratando da atemporalidade dos seus escritos e teorias deixando em abertos futuras discussões acerca da atemporalidade dos escritos do Florentino, trazendo a possibilidade de continuidade da pesquisa em um contexto inédito e contemporâneo, abordando as teorias do filósofo italiano em um contexto atual.

Palavras-chave: Maquiavel. Atemporalidade. Política.

ABSTRACT: The purpose of this research is to expose the main contributions of the Philosopher, in addition to characterizing his works, *O Prince and Discorsi*, identifying the relationship between political ethics in his thinking, understanding the power, taking and maintaining the principality, demonstrating the character timeless collection of his writings and political and philosophical thoughts that contribute to today in discussions involving ethics and politics. The research has a bibliographical character, helping to understand the problems from references published in some works, with the objective of clarifying the contribution brought by the philosopher, showing a chronological and spatial framework to understand the process of Machiavellian political action. The text brings important questions regarding the theories of Niccolò Machiavelli, dealing with the timelessness of his writings and theories, leaving open future discussions about the timelessness of Florentino's writings, bringing the possibility of continuing the research in an unprecedented and contemporary context, addressing the theories of the Italian philosopher in a current context.

Keywords: Machiavelli. Timelessness. Policy.

¹Doutorando em Educação – UNADES (PY), Mestre em Filosofia – UFPB.

²Doutor em Filosofia – Universidade Gama Filho – UGF, Professor associado da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

RESUMEN: El propósito de esta investigación es exponer los principales aportes del Filósofo, además de caracterizar sus obras, *O Príncipe* y *Discorsi*, identificando la relación entre la ética política en su pensamiento, entender el poder, tomar y mantener el principado, demostrando el carácter atemporal colección de sus escritos y pensamientos políticos y filosóficos que contribuyen a la actualidad en las discusiones que involucran la ética y la política. La investigación tiene carácter bibliográfico, ayudando a comprender los problemas a partir de referencias publicadas en algunas obras, con el objetivo de esclarecer el aporte traído por el filósofo, mostrando un marco cronológico y espacial para comprender el proceso de acción política maquiavélica. El texto trae preguntas importantes sobre las teorías de Niccolò Machiavelli, tratando sobre la atemporalidad de sus escritos y teorías, dejando abiertas futuras discusiones sobre la atemporalidad de los escritos de Florentino, brindando la posibilidad de continuar la investigación en un contexto inédito y contemporáneo, abordando las teorías del filósofo italiano en un contexto actual.

Palabras clave: Maquiavelo. Atemporalidad. Política.

I INTRODUÇÃO

Nicolau Maquiavel (1469-1527), foi, sem dúvidas, um dos maiores pensadores políticos da sua época, tendo produzido grandes obras, sendo as mais importantes *O Príncipe* (1513-1532) e os *Discorsi – Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1513 – 1521). Tais obras possuem uma unidade temática, também de pensamento, apesar de terem alvos diferentes. Maquiavel testemunhou fatos políticos muito específicos da história de sua cidade, Florença, onde havia um grande desejo por parte da população que almejava mudanças, inspirando-o nos seus escritos e pensamentos, gerando, assim, um forte sentimento de esperança em uma unidade política.

504

A obra *O Príncipe* mostra o que é necessário para um governante fundar um Estado e mantê-lo. Maquiavel diz que um príncipe deve preferir ser temido a ser amado; ele deve sacrificar a virtude ao interesse do Estado. A teoria de que o fim justifica os meios, apesar da não comprovação da autoria, foi posteriormente criticada e considerada imoral. Não é que ele não aprecie a virtude, mas, naquela época de violência, apenas um príncipe enérgico e inescrupuloso poderia tornar a Itália mais forte e próspera.

A hipótese de investigação deste trabalho busca demonstrar que Maquiavel foi o criador de uma teoria política própria e transformadora para a época, expondo ensinamentos atemporais, uma teoria³ que teria validade para todos os tempos,

³À medida que os conceitos medievais desaparecem, muitas questões passam a ser de responsabilidade do Estado, mais precisamente para o monarca ou o povo. Esta situação histórica está por trás de Maquiavel, com quem o pensamento secular adquire plena consciência, apoiado pelo nascimento da política como ciência. Precisamente, a afirmação de que política é ciência implica que tem leis próprias, princípios próprios, objetivos próprios, sendo, portanto, totalmente autônoma e independente da religião, moral, teologia, nem tem uma posição auxiliar em relação a ela, mas uma posição própria como ciência “verdadeira”. Maquiavel, estudioso da ciência política, pretendia formular uma teoria que estudasse

desmistificando a ideia de que o Florentino seria um mero agente revelador dos acontecimentos que estavam ocorrendo no seu tempo, confrontando a ideia do teórico (Strauss, 1958, p. 289): “[...] é um escrito de ocasião, pertinente para uma situação em um tempo particular[...]”.

As questões políticas maquiavelianas causam questionamentos substanciais para esta pesquisa: como a situação política de Florença contribuiu para o desenvolvimento das teorias filosóficas e políticas de Maquiavel? Como o príncipe deve agir para tornar o Estado próspero? Qual o papel da *virtù* no governo do principado? Quais as consequências quando não se age da maneira correta e de modo sábio dentro do governo? Tais interrogações evidenciam o objetivo do presente estudo, analisando as obras *O Príncipe e Discorsi* em uma perspectiva geral, explorando as teorias do sábio filósofo florentino Nicolau Maquiavel. A pesquisa terá um caráter bibliográfico⁴, auxiliando na compreensão dos problemas a partir de referências publicadas em alguns trabalhos, com o objetivo de esclarecer acerca da contribuição trazida pelo filósofo, exibindo um marco cronológico e espacial para entender o processo da ação política maquiaveliana.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O filósofo escreveu grande parte de sua obra após um longo tempo de serviço prestado ao governo de Florença, contribuindo de forma significativa para a construção de sua filosofia política. Maquiavel analisava as situações políticas a partir do modo como ocorriam, diferenciando-se de seus antecessores, que tratavam a política a partir de uma ideologia de Estado e governante.

Tais objetivos têm por propósito expor as principais contribuições do Filósofo, além de caracterizar suas obras, *O Príncipe e Discorsi*, identificando a relação entre a ética política em seu pensamento, compreendendo o poder, tomada e manutenção no principado, demonstrando o caráter atemporal dos seus escritos e pensamentos políticos e filosóficos que contribuem até hoje nas discussões envolvendo ética e política.

as regras da arte do governo, cuidando exclusivamente da eficácia de tais regras, independentemente de qualquer situação religiosa ou moral.

⁴ Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

2 ÉTICA, ARMAS E RELIGIÃO

Para Maquiavel, em relação à religião, o que lhe atribui mérito não é a magnitude de seu fundador, o conteúdo das doutrinas, a veracidade dos dogmas ou o sentido dos mistérios e suas liturgias. O que interessa não é a essência da religião, e sim sua utilidade e valor para a vida comunitária. A religião instrui a identificar e a honrar os princípios políticos a partir do mandamento religioso. Essa regra coletiva pode atribuir tanto o aspecto coercivo exterior da subordinação militar ou da superioridade política quanto o caráter de persuasão interior da civilidade moral para a produção da unanimidade coletiva.

Assim, a excentricidade do filósofo florentino estaria em grande parte no modo como lidou com as questões morais e políticas, oferecendo uma outra perspectiva ao exercício do poder outrora sacralizado por princípios defendidos pela Igreja. Considerado um dos representantes mais antigos da Ciência Política, sua obra, já no século XVI, abordava questões que ainda hoje se fazem relevantes, a exemplo da legitimação do poder, especialmente se considerarmos as características complexas e polêmicas que fazem parte da vida política.

3 MAQUIAVEL E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-MILITARES

506

Nicolau Maquiavel antecipou questões relacionadas à corrupção pública e moral, à fraqueza militar e aos mercenários. O florentino já defendia o caráter crucial dos exércitos “nacionais”, ágeis e versáteis, apoiados numa estratégia sinérgica, em que o fator humano, a força do corpo, a boa formação e os elementos espirituais eram centrais. A organização e o triunfo do governo dependiam apenas da missão e, para libertar a Itália dos bárbaros, o estadista florentino parecia favorecer um principado em vez de uma república, embora reconhecendo que a república teria maior estabilidade política. A figura central do Príncipe é a soberania, ou melhor, do Estado (pré) italiano, instituição objetiva, histórica e laica. Maquiavel não era um sonhador, ela sabia muito bem que, sem uma rede de instituições sólidas, o trabalho de um monarca poderia ter pouco ou nenhum efeito.

Maquiavel percebeu que era necessário um sólido núcleo político-militar, ele sabia da ligação inevitável entre os sistemas militares e a estrutura político-econômica da nação. Se não tivesse sido formado, a Itália não teria futuro, ficando fragmentada em um cenário europeu em que a luta pela hegemonia estava a todo vapor.

Maquiavel foi, de certa forma, censurado, por subestimar o papel da artilharia e da tecnologia na guerra moderna. As armas estavam se tornando cada vez mais comuns, manejáveis e eficazes, mas só eram decisivas no uso em massa. A infantaria pouco se beneficiou disso. As armas pequenas eram tão imprecisas que eram inferiores ao arco. Maquiavel admitia um uso limitado, embora preferisse equipamentos mais próximos dos cânones dos antigos romanos.

Ele reconheceu que calibres pesados eram válidos contra fortificações e acampamentos entrincheirados, mas os considerou de pouca utilidade em outros cenários. A artilharia é “útil em um exército quando a virtude antiga é misturada a ela, mas sem isso contra um exército virtuoso é muito inútil”⁵. Uma advertência, que serve em todos os tempos, dirigida sobretudo àqueles que, alimentando uma fé cega na superioridade tecnológica, tendem a subestimar a centralidade do fator humano, das forças morais, do modelo organizacional e do incomensurável na guerra⁶.

A inovação organizacional, muitas vezes, representou a chave para o sucesso militar, especialmente em situações de igualdade tecnológica, como claramente demonstrado por Edward Luttwak. Maquiavel olhou para a luta não como um choque de exércitos, mas como uma luta entre homens: “que a guerra ficará reduzida inteiramente à artilharia, digo que esta opinião é completamente falsa [...] porque quem quer fazer um bom exército, é melhor para ele [...] habituar os seus homens para se aproximarem do inimigo, e vir com ele aos menar da espada”⁷, um verdadeiro remédio para a tendência mais perigosa na guerra, o desejo de matar sem se sacrificar. As batalhas sempre foram decididas pela coragem dos soldados, pela habilidade dos comandantes e pela resistência de um povo, subestimado, muitas vezes, pelo poder político.

A história militar ensina que, mesmo nos conflitos mais sangrentos, a resiliência da opinião pública excedeu em muito as expectativas. Basta pensar no povo britânico e russo na Segunda Guerra Mundial. Maquiavel já havia previsto isso, enfatizando o papel constitutivo do povo na solidez das instituições, que afirma que as suas teorias são atemporais. Ele também sabia muito bem que a cavalaria com arreios de ferro e a artilharia pesada da época eram limitadas pelo terreno e pelas condições atmosféricas. Por espírito ofensivo e força moral, eles não podiam ser comparados com a infantaria.

5 Maquiavel, Discorsi, cit., livro II, cap.17, pág.173

6 Earle, *op.cit.*, p.20

7 Maquiavel, Discorsi, cit., livro II, cap. 17, pág. 172

A teoria de Maquiavel teve o mérito de trazer a guerra de volta às suas finalidades naturais, destacando a importância dos fatores espirituais na luta. Tanto na guerra como na paz, o príncipe foi aconselhado a ter um único objetivo, trabalhar a arte da guerra, defender o Estado a qualquer custo⁸. Maquiavel defendia os futuros princípios da arte das guerras anunciadas por Clausewitz, que traziam de volta ao poder político as escolhas feitas na aplicação da força: “o propósito político, a razão primária da guerra, dará, portanto, à guerra que a ação deve alcançar, tanto dos esforços que são necessários para este”. Este é um “axioma” muitas vezes esquecido nos últimos anos, em que os líderes políticos mostraram interesse em estratégia, política de defesa e capacidades militares apenas no momento da aprovação dos orçamentos, subestimando sistematicamente os dispositivos projetados no exterior e subestimando também a duração dos compromissos, com consequências nefastas no formato das forças e no resultado das operações.

Maquiavel teria alertado: “quanto menor a força disponível, mais restritos os objetivos devem ser: além disso, quanto menor a força, menor deve ser a duração da ação”. Os ensinamentos do Florentino, que já havia advertido, ecoam na ação política atual de Vladimir Putin: “onde há deliberação sobre a saúde da pátria, nenhuma consideração deve ser dada a ela, seja justa ou injusta, ou lamentável, ou cruel, aliás, adiado qualquer outro aspecto, segue a todo aquele partido que salva sua vida, e mantém sua liberdade”⁹. Para Maquiavel, quem tivesse desdenhado “esses modos mais cruéis, ou inimigos de toda a vida, não só humanos, mas cristãos”¹⁰, teria que desistir de poder ser príncipe um dia.

Apesar das inconsistências, o princípio libertário de Maquiavel manteve-se intacto. Para Spinoza, a obra completa do florentino era uma apologia às liberdades¹¹. Para Rousseau, o Príncipe era o “livro dos republicanos”¹², pois indicava, naquela forma de Estado, a melhor garantia das liberdades individuais, da propriedade privada e da grandeza coletiva¹³.

Ele propôs um sistema político capaz de canalizar as energias conflitantes para os mecanismos institucionais e exaltou o *modus operandi* da República Romana, muito hábil em resolver as controvérsias patricio-plebeus com o diálogo político¹⁴. Até a época dos

8 Maquiavel, O Príncipe, cit., cap. 14, pág. 65-66

9 Machiavelli Discorsi, cit., livro III, cap. 41, pág. 287

10 Machiavelli Discorsi, livro I, cap. 26, pág. 83

11 SPINOZA, Baruch. Tractatus theologico-politicus. In: Prophecy. Springer, Dordrecht, 2001. p. 544-586.

12 Rousseau, op. cit. p. 123

13 Pier Paolo Portinaro, Perfil do liberalismo, em Benjamin Constant, De la liberté des anciens

14 Machiavelli Discorsi, cit., livro I, cap. 3-6, pp. 43-51.

Gracos (133-121 aC), as instituições foram capazes de conter as tensões sociais, tornando-as um instrumento de crescimento político. Graças a uma constituição mista, o príncipe e as pessoas tinham o direito de representação. Maquiavel nunca condenou o tumulto das praças públicas e o valor da ágora, porque reconheceu um fator dinâmico e constituinte do conflito político. Ele considerou inevitáveis os abusos de poder de um soberano absoluto e recomendou preferir a imperfeição e a instabilidade dos regimes que vivem de lutas abertas à ordem enganosa da tirania única.

O exame das qualidades espirituais do príncipe constitui um dos problemas centrais abordados por Maquiavel: ele afirma que um príncipe, para permanecer no poder, também deve se comportar de maneira ruim, independentemente das consequências que essa conduta gerará. Na verdade, é inevitável que um homem que deseja comportar-se como um homem bom entre pessoas más vá à ruína. Para o autor, um príncipe deve se colocar no mesmo nível moral de quem governa. Maquiavel passa a descrever o que define como verdade real, ou seja, tenta dar uma descrição real e não idealizada de como um príncipe deve ser para adquirir e manter o poder.

O primeiro requisito que ele considera necessário é saber ser bom, mas, acima de tudo, ser capaz de não ser mal em algumas ocasiões:

Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 1513, p. 59).

Ao relacionar todas as características positivas e negativas que podem ser encontradas em um homem, Maquiavel afirma que seria bom para um príncipe possuir apenas as positivas, mas, como isso é impossível, é essencial que ele tome cuidado com os vícios que podem afetar seu poder. Além disso, é seu dever abraçar voluntariamente aqueles vícios sem os quais ele não poderia salvar o Estado, porque alguns dos que são considerados vícios podem ser os únicos capazes de mantê-los firmemente em suas mãos. O décimo sétimo capítulo do livro concentra-se na questão: é melhor ser amado do que temido ou vice-versa? Para o autor, um príncipe, para manter seus súditos unidos e fiéis, pode ser considerado cruel e deve ser temido a ponto de não ser odiado nem amado. No entanto, a crueldade é indispensável na guerra.

A questão das armas é fundamental na escrita de Nicolau Maquiavel, e a presença do termo é constante, principalmente se os verbos armar e desarmar se somam a armas: praticamente, não há texto em que não apareçam. A estratégia utilizada para defender o Estado é classificada no *Príncipe* no Capítulo XII:

Digo, pois, que as armas com as quais um príncipe defende o seu Estado, ou são suas próprias ou são mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém tem o seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis; galhardas entre os amigos, vis entre os inimigos; não têm temor a Deus e não têm fé nos homens, e tanto se adia a ruína, quanto se transfere o assalto; na paz se é espoliado por elas, na guerra, pelos inimigos. (MAQUIAVEL, 1513, p. 47).

A polêmica contra as "armas inúteis e perigosas", ou seja, "mercenários e auxiliares", serve para promover a necessidade de "armas próprias" e a supremacia das "populações armadas". Para Maquiavel, "boas armas" andam de mãos dadas com "boa lei" e "liberdade". A ruína da Itália vem dos "pecados" dos príncipes italianos que escolheram confiar seu destino aos líderes mercenários; a tarefa do "redentor da Itália" deverá consistir em "pegar nas próprias armas, porque não se pode ter mais confiança, mais verdadeiros, melhores soldados". Nesta perspectiva, o príncipe, como líder e comandante, pode e deve construir uma relação de amor com os cidadãos e militares: paradoxalmente, o amor tem a ver com "boas armas" e guerra. Boas leis e boas armas são fundamentais na teoria de Maquiavel, já que não podem existir boas leis onde não há boas armas, e, onde existem boas armas, as leis funcionam.

4 AS QUESTÕES RELIGIOSAS EM MAQUIAVEL

As teorias de Nicolau Maquiavel geraram muitas controvérsias desde sua morte. Alguns o veem como o filósofo inescrupuloso do poder, outros o admiram pela clareza de seus escritos narrativos e pela complexidade de sua obra. A religião é um aspecto muito importante de sua obra. A atitude de Maquiavel em relação à fé permeia seus escritos e deve ser examinada mais de perto neste ponto. O objetivo deste tópico é examinar as vertentes argumentativas nas quais Maquiavel leva em conta a religião em sua obra e, portanto, que função lhe atribui. Isso é examinado com base em passagens de texto de seus livros "O Príncipe" e "Discorsi". Em seus escritos, Maquiavel defende repetidamente a necessidade da religião.

Maquiavel dedica-se, em seus registros, à realidade política de seu tempo e enaltece sua experiência pessoal como representante do Estado em seu trabalho. Isso fornece um

guia para a ação correta de um governante; ele ilustra suas teses, usando o exemplo de chefes de Estado de sua época e do passado. Ele se baseia, particularmente, no trabalho histórico de Políbio e Tito Lívio. Além de representações da história romana, Maquiavel também usa figuras do Antigo Testamento e personalidades políticas de sua época como exemplos do comportamento certo ou errado de um estadista. Para Maquiavel, um excelente estadista deve possuir fortuna e *virtù*, bem como eficiência e inteligência.

A compreensão da religião por Maquiavel é moldada, principalmente, por sua experiência como estadista e suas raízes na vida política. Devido à sua atividade intelectual como teórico político, ele está muito distante da visão teológica da religião dos crentes. É por isso que a religião encontra-se na obra de Maquiavel segundo critérios puramente funcionais, como sua utilidade para o Estado. Maquiavel diferencia as várias formas de cristianismo, especialmente entre o cristianismo primitivo e o cristianismo da igreja de seu tempo, expressando diversas críticas aos papas e às Igrejas.

Sugere, ainda, que a religião não é apenas uma construção de fé, mas, na melhor das hipóteses, também representa instruções concretas para a ação política. Isso torna provável que, para Maquiavel, a religião não apareceu como uma iluminação transcendental, mas como um meio para defender interesses. Usando Numa como exemplo, ele explica como a religião ajudou os romanos a garantirem seu poder; Maquiavel não é particularmente fascinado pelas diversas divindades ou pelos ritos da religião romana. O que importa para ele é o que Numa Pompilius conseguiu com a introdução da religião na vida romana. Acima de tudo, era uma comunidade intacta, porque, como escreve Lívio, os soldados agora obedeciam, o povo respeitava a moral, vivia-se em harmonia. O último ponto em particular teve um significado especial para Maquiavel. Afinal, a unidade do povo italiano, um Estado-nação é seu grande sonho. Ele vê uma comunidade em funcionamento como um pré-requisito absoluto para isso.

Maquiavel, basicamente, observa duas situações da descrição complexa de Numa em Tito Lívio: Por um lado, o mérito do rei está em ser o primeiro a reconhecer que a religião é um suporte decisivo para a manutenção da ordem civil. Por outro lado, Numa foi o primeiro a instrumentalizar a profunda religiosidade do povo para fins políticos. O segundo ponto não é uma interpretação de Maquiavel. Tito Lívio já chama a introdução da religião de um “meio extremamente eficaz”, para evitar revoltas e a inquietação entre as pessoas. Tito Lívio também descreve o encontro de Numa com a ninfa Egeria como um

mero engano do povo para legitimar sua ação política. Maquiavel relata que Numa entrou em contato com a deusa quando quis introduzir novas leis, e ela aconselhou o rei a propor soluções ao povo. Para Maquiavel, essa foi uma jogada inteligente, porque, afinal, a melhor maneira de convencer um povo de uma nova lei é se referindo a Deus. O próprio Maquiavel tira uma conclusão positiva dessa prática moralmente duvidosa de Numa. Os valores religiosos, como o juramento, eram ainda mais importantes para as pessoas na sociedade romana do que as leis. Maquiavel idealiza uma sociedade que consiste não apenas na interação de um governante forte e uma rede de leis, mas também em um catálogo de valores e normas religiosas aos quais pertence até mesmo a autoridade superior.

Ele relata em *Discorsi* como os próprios romanos não se esquivavam de enganar o povo, a maior interpretação, mesmo a reinterpretação dos mandamentos religiosos, quando servia aos interesses da sociedade. É evidente o quão fascinado Maquiavel está com a forma como a religião foi instrumentalizada em Roma. Ele não condena de forma alguma que isso foi em parte um abuso de religião. Já em *O Príncipe*, aprova expressamente se o príncipe desrespeitar as leis, desde que isso sirva ao povo. Ele agora usa a mesma legitimação em conexão com a instrumentalização da religião romana. Maquiavel não é um cristão na prática, mas um humanista que vê o complexo da religiosidade de forma pragmática.

Outra ligação estreita com *O Príncipe* pode ser estabelecida neste contexto. Maquiavel faz a comparação entre um príncipe forte e uma religião e conclui que é uma grande vantagem a religião ser atemporal. Se aderir aos seus princípios, permanecerá um instrumento eficaz muito além da morte do governante. Em *Discorsi*, Maquiavel deixa clara a importância de manter uma fé forte em um povo, mesmo após a morte. A queda do Império Romano deve ser vista em íntima conexão com o declínio da religião. Durante séculos, as pessoas na antiguidade construíram templos e celebraram festivais para seus deuses. Maquiavel aconselha que os governantes preservem os fundamentos da religião, independentemente de achar que é falsa. Ele vê a religião como uma cura para as pessoas ao mesmo tempo, mas também como uma linha muito estreita. Quem quisesse instrumentalizá-la para seu propósito, mas perdendo de vista seus princípios, acabaria sendo punido. O fato de Maquiavel chegar a essa avaliação não se deve apenas a alguns exemplos da história romana que encontra em Tito Lívio, mas também tira essa conclusão

da consideração da Igreja Católica de sua vida. Aqui fica claro que a religião serve, principalmente, para governar e controlar as massas:

Um príncipe deve, portanto, tomar muito cuidado para que nunca saia de sua boca que não esteja repleta das cinco qualidades acima; e apareça, para ouvir e ver, toda piedade, toda fé, toda integridade, toda humanidade, toda religião: e não é mais necessário, na opinião de ter, do que esta última qualidade (Príncipe xviii 16).

Maquiavel estabelece uma conexão entre fé, obediência no exército, disciplina militar e obediência civil. A religião torna-se um pré-requisito para o sucesso militar, porque onde há religião é fácil constituir um poder militar, mas onde há um poder militar sem religião, é difícil introduzi-lo e garantir disciplina e obediência das tropas para quem está no poder.

Maquiavel reforça que uma certa dose de crueldade é necessária para garantir a segurança e a paz no país. O príncipe deve garantir que seu povo sinta medo dele, mas que isso não se transforme em ódio por ele. O medo do príncipe garante que as pessoas obedeçam à lei. Isso garantirá a estabilidade do império. Assim, enquanto o medo do príncipe implica, potencialmente pelo menos, uma oposição entre o príncipe e o povo, tal relação é deslocada para um estado de conflito entre a pátria e seus inimigos. O amor à pátria mobiliza o medo, e o terror do príncipe os direciona ao inimigo de sua pátria. O medo de um inimigo que ameaça a pátria une as tropas, e as pessoas podem transferir a frustração que se acumula pelo medo do príncipe para o mundo exterior e reduzi-la por meio do conflito com o inimigo.

Maquiavel prevê que o príncipe pode disciplinar as pessoas tanto quanto a fé. Ele pressupõe, portanto, que o príncipe pode desempenhar um papel com seus súditos semelhante ao de Deus, o que parece muito improvável. O povo pode temer a Deus e ao príncipe, e ambos garantem a obediência e o cumprimento da lei. Aqui o filósofo florentino muda da compreensão teológica de Deus dos cidadãos diretamente para a realidade política. Para Maquiavel, a “superestrutura” religiosa, é absolutamente necessária para uma sociedade para mantê-los juntos e sustentar os sistemas sociais e morais de um corpo social. No segundo capítulo do segundo livro dos “*Discorsi*”, o filósofo analisa o papel da liberdade na República Romana:

Quando agora reflito sobre a razão pela qual os povos da antiguidade tinham mais amor pela liberdade do que o presente, acredito que é o mesmo que com a impotência das pessoas de hoje, ou seja, a diferença em nossa educação e a educação dos antigos, que na diferença de religião reside. Pois, uma vez que nossa religião nos mostrou a verdade e o verdadeiro caminho, ela nos faz apreciar

menos as honras mundanas. Os gentios, por outro lado, os valorizavam muito e os consideravam seu maior bem e, portanto, eram mais ousados em seus atos. [...] Além disso, a velha religião só tornou santos os homens de fama mundana, como generais e chefes de estado. Nossa religião beatificou mais os humildes e contemplativos do que os ativos. Ela tem o maior bem em humildade Renúncia e desprezo pelo terreno; o primeiro coloca em alta coragem, força física e tudo o que torna as pessoas poderosas. Se nossa religião também exige que alguém seja forte, ela quer que a expresse no sofrimento e não em atos poderosos (MAQUIAVEL, 1979, p. 153)

Aqui Maquiavel faz uma comparação direta entre a “velha” religião dos romanos e a religião de seu tempo. Ele faz referência ao “verdadeiro caminho” e à “verdade”, que leva o homem a valorizar menos as honras mundanas do que a Salvação e vida no céu, o que “nossa religião” propaga. Para Maquiavel, parece ser mais sensato valorizar as coisas mundanas do que a crença.

Ele não escreve que uma religião é “mais verdadeira” do que a outra, mas se refere a uma passagem do Novo Testamento. Aqui, Jesus se descreve como o caminho, a verdade e a vida. Portanto, refere-se ao cristianismo tomando o verdadeiro caminho para si mesmo, mas não o dogma da religião. Maquiavel continua no Capítulo 15 de “O Príncipe”:

Há uma distância tão grande entre a vida como ela é e a vida como deveria ser, que quem ignora o que está acontecendo pelo bem do que deveria acontecer está causando sua queda ao invés de sua própria conservação operar; pois uma pessoa que deseja confessar o que é bom em todos os aspectos deve morrer no meio de tantos outros que não são bons. Portanto, se um príncipe quer se afirmar, ele deve aprender a capacidade de não ser bom e usá-la ou não de acordo com a ocasião. (MAQUIAVEL, 2007, p. 60)

Na obra *Discorsi (Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio-1513-1521)*, em um dos capítulos mais polêmicos, Maquiavel descreve a religião como “instrumentum regni” que seria um meio de manter o povo unido, tornando o governo forte, seguindo o exemplo do antigo paganismo romano, em que a religião tinha essencialmente uma função pública: o autor elogia, então, o modelo romano e critica fortemente a Igreja do século XV-XVI, cuja corrupção tem estimulado muitos fiéis a se afastarem da religião e cuja má política causou a divisão e a fraqueza dos Estados italianos, fato provado pelas guerras do início do século XVI, travadas em solo italiano por potências estrangeiras. Essas considerações estão ligadas à visão completamente secular de Maquiavel do Estado e do direito, este último também descrito em outro lugar como um meio de manter a ordem social, e, certamente, não como uma expressão da justiça divina.

Embora, muitas vezes, tenha sido julgado um inimigo da religião e do Cristianismo em particular, Maquiavel argumentou que a religião é necessária para fundar, preservar e reformar as repúblicas e que a religião cristã, se devidamente fundamentada, seria um

apoio válido para a liberdade republicana. Em seus escritos, ele defende que o bom cristão deve ser um bom cidadão, servir ao bem comum, obedecer às leis, combater a corrupção e a tirania. Sua crítica severa à corrupção religiosa italiana e à Igreja de Roma pode ser entendida em seu significado histórico no contexto político e espiritual. O secretário era inimigo da má religião porque queria ver renascer uma verdadeira religiosidade, aliada da liberdade política.

Para Maquiavel, parece que Deus não corresponde a nenhuma verdade transcendental: Deus é a palavra que inspira medo nas almas mal educadas, que é usada pelos governantes para fazer cumprir a lei da sociedade. Portanto, religião como *instrumentum regni*. Maquiavel, lidando com a religião civil, divide automaticamente o fenômeno religioso em *instrumentum regni* (prerrogativa dos poderosos e religiosidade relegada às "massas"). Para sobreviver, a religião civil (suposta defensora das boas ordens) não pode prescindir de seus observadores. E, para observar, é preciso acreditar; para acreditar, é preciso ter medo de Deus, do seu castigo, do desejo instintivo de poder. É óbvio que um Deus sem apóstolos não faria sentido. Mas, para Maquiavel, os príncipes e líderes podem muito facilmente não possuir nenhuma virtude moral, embora, para manter o consenso público, eles devam, pelo menos, gabar-se de sua aparência.

O que importa é que a ideia de Deus esteja firme no coração frágil dos "plebeus". Portanto, Maquiavel ensina mestres a dominar e servos a servir. Reduz a melhor ordem social possível a uma república arbitrária na qual alguns dominam, e outros concordam. O mérito de quem não acredita, fingindo acreditar, deve ser recompensado com o cumprimento de sua vontade de poder. Porque deles é uma humanidade superior, digna do trono, dada a incurável contradição maquiavélica entre religião civil e espiritualidade. Para ele, os homens nascem para governar ou para servir, é a natureza que lhes dá mais ou menos inteligência para alcançar a escalada para o sucesso mundano. Maquiavel ensina os "superiores" a administrar bem suas qualidades inatas, a adaptá-las à realidade; porque não há outro fim senão o terrestre, não há outro sentido senão aquele intrínseco ao cruel jogo da vida.

O secretário florentino não se importa se os homens acreditam ou não em Deus, nos deuses pagãos ou na Natureza. A religião continua sendo um método arbitrário, mas indispensável para o propósito de reconciliar nossa alma e fortalecer o governo. Religião e sociedade estão interligadas e são responsáveis pela sobrevivência dos homens. Assim

como a religião civil não pode existir sem espiritualidade, a sociedade não pode existir sem religião - entendida por Maquiavel precisamente como uma canalização de esperança.

Maquiavel enxergava a religião de uma forma oportunista: para ele, não importa veracidade, muito menos conceitos de fé. Desde que, coletivamente, os planos do príncipe surtiram efeito, gerando poder e obediência. Para o filósofo florentino, os conceitos e teorias divinas serviam para manipular e organizar as estruturas sociais, instigando o temor a Deus, com o objetivo de atingir a obediência da massa em geral. Para Maquiavel, o importante era o príncipe utilizar os conceitos e práticas religiosas ao seu favor, colocando a fé a serviço da política, o que torna o filósofo conhecido como um dos precursores da ciência política moderna, pois defendia que o sagrado poderia fortalecer o governo dos príncipes, consolidando a manutenção do país.

5 AS FORMAS DE GOVERNO NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Maquiavel é considerado o fundador da ciência política moderna, aquela que distinguiu seu propósito da moralidade, à qual a política sempre esteve ligada e subordinada. Ele acredita que o campo da ação política é baseado em leis específicas próprias e, com base nessas ações, são avaliadas. O critério do bem ou do mal moral substitui o do lucro ou do dano político. A autonomia da política se expressa em julgar uma ação boa ou ruim em uma base diferente da moralidade.

516

Talvez seja menos conhecido que Maquiavel também introduza inovações dentro da história da terminologia política, como já se expressa na primeira declaração do primeiro capítulo do *Príncipe*: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2007, p.4).

Em primeiro lugar, ele define os “domínios”, organizações políticas, com o termo “Estado”, uma peculiaridade que faz dele o inventor da palavra em seu significado atual, moderno – distinto do “status” como classe ou condição social – para indicar o que os gregos haviam chamado de “polis” e os romanos, “res publica”¹⁵. Maquiavel criou uma nova classificação de formas de governo, uma vez que a tradicional partição aristotélica substitui a república-principado.

¹⁵Res publica é uma expressão de origem latina que significa “coisa do povo”, “coisa pública”. É a derivação da palavra república. O termo comumente se refere a algo que não é classificado como propriedade privada, mas que é mantida em conjunto por muitas pessoas.

Aristóteles dedicou dois dos oito livros da *Política* à exposição de formas de governo, de acordo com uma classificação que será retomada e repetida nos séculos seguintes. Segundo ele, o poder da cidade pode ser exercido por um, alguns ou muitos, dando vida respectivamente ao reino (a monarquia), à aristocracia e à política, com os quais contrasta a degeneração correspondente de tirania, oligarquia e democracia. Na verdade, essa articulação tripartite baseia-se no duplo critério de quem governa e como governa, de modo que se tem monarquia, aristocracia e política se a única pessoa ou as poucas pessoas ou as muitas pessoas

que governam fazem isso bem, ou seja, perseguindo o interesse comum, o bem público; se, por outro lado, qualquer um que detenha o poder não está mirando no bem de todos, mas, para seu próprio bem, a degeneração ocorre: se eles governam apenas um, passamos da monarquia para a tirania; se eles governam poucos, passamos da aristocracia para a oligarquia, e, se eles governam muitos, a democracia desliza.

Claramente com distinção inicial entre as formas de governo, Maquiavel lida com os principescos do *Príncipe* e da república nos *Discursos*. Se, no primeiro, o autor celebra as virtudes do monarca, no segundo, ele revela simpatias republicanas. Essa contradição afetou os estudiosos; a solução mais comum é distinguir as motivações dos dois escritos. Na verdade, enquanto os *Discursos* formulam a orientação republicana básica do autor, o *Príncipe* é um trabalho de política militante, mais ligado aos acontecimentos da época e às questões históricas.

Para lidar com a crise italiana de seu tempo, o autor considerou necessário criar um Estado novo e forte, que poderia ser o resultado da habilidade política de um indivíduo. Isso não nos surpreende se considerarmos que as reflexões de Maquiavel sempre descendem de uma relação direta com a realidade histórica. Nada estranho, portanto, se ele incluiu em um trabalho a síntese de sua reflexão teórica geral e confiou a outros suas propostas destinadas a condicionar o quadro político contemporâneo no futuro imediato.

No *Príncipe*, introduzindo os vários tipos de principados, Maquiavel distingue três: hereditário, novo e eclesiástico. É o último que mais lhe interessa e ao qual ele dedica a maior parte de seu tratamento. Os principados hereditários, nos quais o poder é transmitido por uma lei de sucessão, podem, por sua vez, ser de dois tipos, dependendo se são governados por um príncipe, e todos os outros servos; ou para um príncipe e barões, que não pela graça do Senhor, mas pela antiguidade do sangue, mantêm esse grau. Aqueles

Estados que se governam para um príncipe e para servos têm seu príncipe com mais autoridade. A razão básica para a distinção está na forma como o príncipe administra o poder, ou seja, se ele faz isso absolutamente ou não. No primeiro caso, entre ele e seus súditos, há uma relação mestre-servidão, na qual o conceito da monarquia despótica é encontrado. No segundo caso, há a intermediação da nobreza, cujo poder não depende de uma concessão do soberano, mas de uma tradição baseada na linhagem. Embora ele esteja acima de todos, na presença de uma classe de “barões”, seu poder é, pelo menos, compartilhado, se não parcialmente limitado. Além disso, embora essa forma de principado não possa ser considerada um governo livre em seu próprio direito, o que o diferencia do principado despótico é, no entanto, a existência de uma ordem independente, e, nesse sentido livre, com respeito ao soberano, enquanto característica do principado despótico, todos, menos o soberano, são “servos”.

O caminho para se tornar um príncipe torna-se mais fácil, como foi visto no Capítulo III, se for realizado graças à fortuna, mas, neste caso, o poder é mantido com grande dificuldade, pois é com sua própria *virtù* que o príncipe pode superar os obstáculos devido à inconstância da própria fortuna. A fortuna nada mais é do que o conjunto de circunstâncias objetivas em que o político se encontra agindo, administrado pela pura aleatoriedade e independente de sua vontade. A *virtù* do príncipe consiste em direcionar sua ação, tentando explorar com oportunismo todas as oportunidades que as circunstâncias lhe oferecem, enfrentando adversidades e moldando de acordo com suas necessidades da massa disforme de situações, momentos, contingências, eventos, oferecidos pela fortuna. Não é uma força cega e irresistível, apesar do fato de que muitos tiveram e têm opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna, e por Deus, e que homens com prudência não podem corrigi-los.

No que diz respeito aos reinados obtidos por meio da maldade e da violência, podemos fazer uma pequena distinção do que acaba de ser dito, em relação à tirania. Mesmo neste caso, Maquiavel não condena os princípios que foram utilizados para chegaram ao poder de forma sangrenta, mas faz uma distinção ao leitor com base no que é a única regra de avaliação do político: a capacidade de preservar o Estado, a estabilidade política. Um aspecto é o uso da crueldade, se se limita ao momento em que se tem que lutar pelo poder; outro é persistir ainda mais tarde, com atitudes despóticas e opressivas. Uma vez que ganhou poder, é bom garantir o respeito pelos súditos, por meio de maneiras

mais convenientes e decentes do que aqueles usados para obtê-lo. O fim desses tiranos é logo escrito, pois eles não entenderam que atos cruéis são feitos apenas uma vez por necessidade, para garantir o poder.

Finalmente, o principado civil é definido como tal quando o príncipe chega ao poder com o favor de seus concidadãos. Não é indiferente receber o apoio de uma ou outra das duas classes sociais, para fins de gestão do reino. Maquiavel inclina-se para o povo, convidando o príncipe para mantê-lo amigo. Se, pelo contrário, ele preferir o apoio dos grandes, enfrentará duas desvantagens arriscadas: em primeiro lugar, eles se considerarão iguais a ele e não se submeterão voluntariamente ao seu comando, pelo contrário, poderiam tentar demiti-lo com a intenção de colocá-lo em seu lugar; em segundo lugar, o príncipe vai achar muito difícil satisfazer seus desejos, pois o grande pedirá para comandar e oprimir o povo; pelo contrário, este último exigirá nada mais do que ser oprimido.

Este é o caminho que cada Estado é forçado a viver por necessidade histórica, porque, se uma forma de governo é boa, é de curta duração e, se é ruim, é fundamentalmente instável. O príncipe torna-se vulnerável, que é então derrotado por mocinhos, que, destemidos, tornam-se oligarcas. Eles estão em colapso, portanto, porque uma república popular será formada, até que sua mudança licenciosa ocorra.

É evidente que o ponto de referência de Maquiavel é Políbio¹⁶, porém o autor florentino se desprende do *polibiano*, pois não aceita que essa sequência possa se repetir indefinidamente, dada a fragilidade do sistema político. Suas dúvidas surgem ao conectar essa sucessão de formas de governo com o plano concreto das relações históricas, por isso é improvável que, uma vez que todas as seis fases de transformação tenham sido vivenciadas e superadas, um Estado esteja em posição de recomeçar seu ciclo. É mais lógico pensar que sua fraqueza e sua precariedade o levarão a ser objeto de metas expansionistas de outros Estados vizinhos, mais bem ordenados, determinando seu fim com completa escravidão.

A teoria dos ciclos revela-nos a concepção naturalista da história que é própria de Maquiavel, uma história da qual é possível derivar as leis que regulam o desdobramento dos acontecimentos. Saber o que aconteceu e entender por que isso aconteceu permite ao estudioso também observar o que está prestes a acontecer e, portanto, também o impedir, caso não seja desejável, fato este que sustenta a hipótese de investigação deste trabalho que

¹⁶Maquiavel foi o primeiro teórico da modernidade que citou Políbio em seus pensamentos políticos, de fato estabelecendo com o historiador da Megalópole, nos capítulos iniciais dos Discorsi, um diálogo original de seu próprio pensamento político.

defende que a teoria de Maquiavel é atemporal e válida em diversos momentos históricos. A hipótese da existência de leis históricas baseia-se no pressuposto de que a natureza humana é composta de personagens comuns e constantes ao longo do tempo, que guiam as pessoas para os mesmos desejos e paixões. Se os homens, como tal, são sempre atraídos pelas mesmas ambições e movidos por desejos idênticos, a repetição do comportamento e, conseqüentemente, a realização de todo o ciclo de formas de governo são explicados, porque todas as coisas do mundo, em todas as épocas, têm sua própria resposta nos tempos antigos. Isso ocorre porque, sendo aqueles operados por homens que sempre têm as mesmas paixões, é necessário que eles tenham o mesmo efeito.

Por causa da natureza dos homens, todas as formas de governo são, em última análise, más e boas: boas porque são de curta duração e ruins como tal. No entanto, o homem possui a capacidade de abstrair ensinamentos úteis da dinâmica da história, assim como aqueles que conheciam esse defeito, fugindo de cada um desses caminhos para si mesmos, julgando-o mais firme e estável; porque um olha para o outro, ou seja, na mesma cidade, o Principado.

A solução que nos conta a história (no contexto do Políbio, que continua a ser a fonte de inspiração), a fim de superar o problema da repetição de ciclos e da instabilidade política, é o estabelecimento de um Estado misto; uma forma de governo que inclui em si as características do principado, da república do excelente e da república do povo.

Neste ponto, estamos diante do que parece ser uma contradição adicional entre o Maquiavel, teórico da política, os discursos e os maquiavélicos, conselheiro político, do *Príncipe*, em que ele argumenta que os “Estados médios” não têm razão para existir nem trazem qualquer uso à causa da manutenção de um Estado, o objetivo principal da análise maquiavélica. Sem nos repetirmos sobre a questão das supostas ou reais contradições entre as duas obras, apenas notamos uma diferença sutil na terminologia. No *Príncipe*, ele falava de “Estados Médios”, que não são nem repúblicas nem principados, não possuindo os atributos completos de qualquer tipo. Neste caso, no entanto, ele usa a definição de “Estado Misto”, recorrendo a Políbio. O “Estado Médio” é algo que não representa nenhum dos dois, está no meio do caminho, não é mais o Estado anterior, mas ainda não o próximo. No “Estado Misto”, há obviamente aqueles elementos que compõem o coração das três formas, dando vida a um novo modelo diferente porque contém o melhor dos três.

Com essas conclusões, o autor florentino rompe com a tradição que identifica o bem político sempre em conformidade e atribui a controvérsias e tumultos – como ele os chama repetidamente – um papel muito positivo na vida política. A grandeza – a fortuna, em termos de glória – de Roma foi que ela foi capaz de canalizar esses contrastes para um caminho, um caminho que se abriu para um resultado institucional. Roma foi capaz de aceitar os problemas que vieram da sociedade, fazendo-os fluir em direção a uma solução política, a das boas leis. Não reprimiu o conflito social pelas regras forçadas, mas o institucionalizou, transformando o cargo do qual era o portador em reformas do sistema legislativo.

O Estado Misto é, de alguma forma, o espelho de uma sociedade diversificada, cujos componentes estão em concorrência uns com os outros, mas é justamente essa competição que garante a liberdade. Mais uma vez, Maquiavel apresenta temas que terão notáveis desenvolvimentos na modernidade.

6 “OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS”

“O fim justifica os meios” é a famosa frase que, na linguagem popular, associa-se ao *Príncipe* de Nicolau Maquiavel. A partir dessa concepção, ao longo dos séculos, desenvolveu-se o chamado “maquiavelismo”, termo que indica uma doutrina política e um exercício de poder marcado por ações implacáveis e inescrupulosas, disposto também a fazer o mal para atingir seus objetivos. No entanto, a ideia de que Maquiavel teorizou essa doutrina política deriva de uma leitura equivocada (ou, pelo menos, superficial) de *O Príncipe*. Na verdade, o pensamento de Maquiavel, embora questionável em alguns pontos de vista, é muito mais complexo, mais sutil, e deve ser mais bem contextualizado e esclarecido.

Em primeiro lugar, a atribuição a Maquiavel da frase “o fim justifica os meios” pode ser facilmente excluída pela leitura de *O Príncipe*. Na verdade, esta frase não está escrita em nenhuma das suas obras. No entanto, esta simples observação não é suficiente para descartar o problema. Com efeito, em *O Príncipe*, é possível encontrar uma frase que, de uma maneira um tanto diferente, expressa substancialmente esse conceito. No Capítulo XVIII de seu tratado, Maquiavel escreve:

Deve-se compreender que um príncipe, e em particular um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o Estado, a agir contra a

fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião (MAQUIAVEL, 1513, p. 69).

Aqui, embora não encontremos literalmente a expressão “o fim justifica os meios”, o que Maquiavel expressa pode parecer perfeitamente sobreposto em um nível conceitual. Mas, lendo com atenção, fica claro que Maquiavel não justifica os meios em qualquer caso e a qualquer custo, mas estes “serão julgados honrados e por todos elogiados” apenas para “manter o estado”. Com efeito, o príncipe deve agir pelo bem do Estado e pela sua manutenção: só neste sentido é “justificável” a ação do príncipe (seja qual for o meio que utilize).

Maquiavel observa figuras políticas amorais, moldando-as. Daí a expressão referida a ele “os fins justificam os meios”, pois ele não quer somente entender a política, mas mudá-la. O *Príncipe* é dedicado à família Medici para auxiliar sua manutenção no poder, buscando oferecer indicações politicamente boas, preservando o Estado. Ele é considerado amoral, mas, na verdade, também pode ser profundamente moral porque encara a realidade como ela se encontra. O *Príncipe* é um conjunto de conselhos para fundar um Estado nacional, não mais regional, oferecendo conselhos e indica situações a serem evitadas, daí a importância dada por ele a sua maior obra.

Para Maquiavel, a política não deve ser subordinada à moralidade. Ele tem seu próprio posicionamento que rejeita o moralismo abstrato dos humanistas porque descobre a realidade da política, e tem em mente os riscos que a Itália corre, percebendo a grande fraqueza dos príncipes. Esses elementos não são suficientes para explicar a abordagem de Maquiavel porque, em *Discorsi*, os ideais são os mesmos, mesmo que o tom fosse mais calmo. Maquiavel não nega moralidade, mas a considera subordinada à política. Na verdade, nada é imoral na política além de escolha ineficaz. Pessimismo antropológico é uma opção teórica injustificada de Maquiavel, uma premissa arbitrária. Desta forma, ele acredita que pode criar uma política eternamente válida, sustentando a hipótese desta pesquisa, que atribui um caráter atemporal às teorias de Maquiavel.

Os temas individuais tratados por Maquiavel são muitos e ricos em exemplos históricos. Basta dizer que, após analisar as formas pelas quais é possível tomar o poder, Maquiavel se detém sobretudo na forma como o príncipe deve agir para manter o poder e não perdê-lo. Nesse contexto, o autor dedica amplo espaço ao comportamento que o príncipe deve assumir para com seus súditos. É justamente nesses capítulos que alguns dos argumentos de Maquiavel, se interpretados superficialmente e não contextualizados,

podem aparecer muito próximos do conceito resumido na frase “o fim justifica os meios”. Em outras palavras, o que Maquiavel diz é que, para manter o poder, o príncipe pode recorrer a todos os meios, mesmo violentos se necessário.

Embora Maquiavel fosse, do ponto de vista ideológico, um republicano, ele acreditava que a única forma política concretamente viável naquele momento histórico era o principado, uma organização política bastante difundida na Itália do século XVI. Essa discrepância não é estranha se considerarmos o aspecto realista e pragmático do pensamento de Maquiavel. Ele não quer descrever um Estado perfeito e ideal, ele não busca uma forma política utópica, mas a forma de governo concretamente realizável na Itália de seu tempo que está em meio às guerras, em um momento de grande crise política, em que a península é disputada pelas grandes potências estrangeiras. Assim, Maquiavel é um republicano do ponto de vista ideológico, mas também realista, e acredita que, naquele momento histórico, a melhor forma de governo possível e sobretudo viável é o principado.

Dentro desse realismo, o autor analisa o que o príncipe deve fazer para manter o Estado. Obviamente, esta é uma questão muito prática e não moral. Em particular, o príncipe deve assumir todas as atitudes que permitem a sobrevivência e a estabilidade de seu governo, mas essas atitudes, às vezes, podem não coincidir com a moral. Como resultado, às vezes, pode ser necessário deixar de lado a ética para um bem maior: o Estado. É por isso que “o fim justifica os meios”: o bem e a estabilidade do Estado consistem na meta do príncipe, e esse fim deve ser realizado não com os meios mais justos do ponto de vista ético e moral, mas com os meios mais apropriados e eficazes para fazer acontecer.

A interpretação distorcida do pensamento de Maquiavel reside precisamente no erro de ter julgado moralmente um texto que, de forma alguma, queria ser moral. Se o objetivo do tratado de Maquiavel é ilustrar como um príncipe pode manter o Estado, segue-se que ele deve, antes de mais nada, ser um bom governante. Um estado mal governado, no qual o governante se comporta como um déspota, está inevitavelmente condenado à morte.

O bom príncipe, portanto, deve, antes de tudo, servir aos interesses do Estado. No entanto, esse interesse também pode não coincidir com o interesse do povo, nem com o do próprio príncipe. Mas agir moralmente, fazer o bem dos cidadãos é, segundo Maquiavel, condição essencial para a manutenção do Estado. Ele acredita que o mal cometido pelo

príncipe deve ser sempre direcionado para o bem dos súditos, caso contrário, volta-se contra quem o usa, causando sua ruína.

Portanto, sempre agindo pelo bem do Estado, o príncipe poderia eventualmente recorrer a meios imorais, mas única e exclusivamente se a necessidade o exigir. Maquiavel está bem ciente de que ações como assassinato ou mentira são repreensíveis e moralmente inconcebíveis, mas ele distingue claramente entre julgamento moral e julgamento político. Na verdade, comportamentos que podem ser ruins de acordo com a moral podem ser bons politicamente e vice-versa. A crueldade, às vezes, pode ser necessária para o político, porque ele tem que enfrentar a natureza maligna dos homens, portanto, é uma questão de comportamento que, às vezes, torna-se obrigatória. Maquiavel faz uma distinção entre “crueldade mal usada” e “bem usada”:

Penso que isto resulte das crueldades serem mal ou bem usadas. Bem usadas pode-se dizer serem aquelas (se do mal for lícito falar bem) que se fazem instantaneamente pela necessidade do firmar-se e, depois, nelas não se insiste mas sim se as transforma no máximo possível de utilidade para os súditos; mal usadas são aquelas que, mesmo poucas a princípio, com o decorrer do tempo aumentam ao invés de se extinguirem. (MAQUIAVEL, 1513, p. 36)

Conseqüentemente, a crueldade jamais poderia ser justificada se não fosse ocasionalmente exigida por necessidade para o bem do Estado. Alguns comportamentos cruéis e imorais só podem ser adotados pelo político e apenas se estritamente necessários para esse bem maior. Mas a mesma afirmação "o fim justifica os meios", embora seja usada para resumir esse pensamento, é imprecisa. Maquiavel não quer "justificar" de forma alguma: esse verbo introduz precisamente aquele critério moral que Maquiavel deseja excluir. Ele simplesmente observa que algumas atitudes, morais ou imorais, são necessárias para o bem do Estado.

Maquiavel nunca argumentou que “o fim justifica os meios” de forma absoluta, para justificar qualquer maldade. Em suma, Maquiavel não deseja um príncipe inescrupuloso e mau, mas um soberano esclarecido a serviço de seus súditos, capaz de estabelecer um Estado bem ordenado e seguro, que garanta o bem-estar e a tranquilidade do cidadão. A figura de Maquiavel não gozava de uma fama positiva. Em 1559, todas as suas obras foram incluídas no índice de livros proibidos, embora continuassem a circular. Já então começou a difundir-se a fórmula “o fim justifica os meios”, que gostaria de resumir todo o “maquiavelismo” (termo que hoje tem um significado negativo).

Os protestantes ingleses e franceses viram em Maquiavel a imagem perfeita do cinismo político dos italianos e jesuítas. Assim, o adjetivo “maquiavélico” passa a ser

sinônimo de enganador intrigante, malicioso e inescrupuloso. Na Inglaterra, o nome de Maquiavel define o estereótipo do italiano, visto como planejador de enganos e tramas secretas.

Aqui está um estudo sobre uma frase nunca dita, “o fim justifica os meios”, que marcou um grande pensador. Também por isso hoje é importante estudá-lo e redescobri-lo, para apreciar a verdadeira essência de um importante filósofo do Renascimento.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as teorias políticas de Nicolau Maquiavel. A nossa hipótese de trabalho foi a de que Maquiavel foi o criador de uma teoria política própria e revolucionária para a época, expondo ensinamentos atemporais, uma teoria que seria válida em todos os tempos, desmistificando a ideia de que o Florentino seria um mero agente revelador dos acontecimentos que estavam ocorrendo no seu tempo.

Reforçando a hipótese, a pesquisa evidenciou os aspectos religiosos atrelados à teoria política de Maquiavel, demonstrando que o Príncipe pode se beneficiar e levar vantagem pelo fato de a religião ser atemporal, pois, aderindo aos princípios da igreja, o meio religioso poderá ser um instrumento eficaz que será utilizado muito além da morte do governante. No tópico “Os fins justificam os meios”, foi feita uma análise a respeito da autoria da suposta frase, se teria ou não sido declarada por Maquiavel, constatando que não existem registros com essas palavras ditas pelo filósofo. Mais uma vez, comprovamos nossa hipótese de investigação ao verificar o caráter atemporal das teorias de Maquiavel, pois a famosa frase “os fins justificam os meios” continua sendo objeto de estudo há séculos, gerando discussões e debates em torno da autoria.

A pesquisa trouxe importantes questionamentos referentes às teorias de Nicolau Maquiavel, tratando da atemporalidade dos seus escritos e teorias, tomando, inclusive, um caminho inédito relacionado com fatos “recentes” e com o presente, quando, no tópico 4.1, denominado “Maquiavel e as estratégias político-militares”, fazemos referência à Segunda Guerra Mundial e ao político Russo Vladimir Putin, deixando em aberto futuras discussões acerca da atemporalidade dos escritos de Maquiavel, trazendo a possibilidade de continuidade da pesquisa em um contexto inédito e contemporâneo, abordando as teorias do filósofo florentino em um contexto atual, numa futura tese de doutorado.

REFERÊNCIAS

CONSTANT, Benjamin. **De la liberté des anciens comparée à celle des modernes.** Fayard/Mille et une nuits, 2010.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.** João José Saraiva da Fonseca, 2002.

GIL, Antonio Carlos; VERGARA, Sylvia Constant. **Tipo de pesquisa.** Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2015.

GUERRA, Avaetê de Lunetta et al. Aspectos filosóficos e atemporais da teoria política de Maquiavel. 2021.

MACHIAVELLI, Niccolò. Il principe. **Il Principe**, p. 1-134, 2009.

MACHIAVELLI, Niccolò; CINTI, Federico. **L'arte della guerra.** Istituto Editoriale Italiano, 1928.

MACHIAVELLI, Niccolò. **Florentine histories.** Princeton University Press, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** Tradução: Sérgio, 1979.

526

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe (1513).** LCC Publicações Eletrônicas. Documento eletrônico. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>>. Acesso em: set, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau; TZU, Sun; HOLZSCHUH, Paulo. **A arte da guerra.** Editora Évora, 2010.

PERSPECTIVA SOBRE A MODERNIDADE, Outra. **Democracia e formas de governo em Espinosa e Maquiavel.** 2020. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

SADEK, Maria Tereza. **Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. Os clássicos da política**, v. 1, n. 3, 2001.

SPINOZA, Baruch. **Tractatus theologico-politicus.** In: Prophecy. Springer, Dordrecht, 2001. p. 544-586.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel.** Tradução e apresentação à edição brasileira de Élcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações, 2015.